



Bolsa Família fortalece economia, diz ministra

Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mostrou como os programas de transferência de renda do governo estimulam a inclusão social e o mercado de trabalho. **3**



Luiz Alves/Senado Federal

Senadores Jayme Campos e Delcídio do Amaral, presidentes da CAS e da CAE, ouvem exposição da ministra Tereza Campello

Orçamento 2012 terá 11 seminários pelo país **4**

Senadores visitarão as cidades-sede da Copa **4**

10 milhões de brasileiros sofrem com falta de políticas para áreas de fronteira

Audiência pública realizada ontem mostrou ser necessário o Brasil integrar suas políticas públicas com os países vizinhos

para melhorar a qualidade de vida na faixa de fronteira, que abrange 588 municípios e 27% do território nacional. **7**



Márcia Kollme/Senado Federal

Ana Amélia (2ª à esq.) preside audiência sobre faixa de fronteira que ouviu integrantes do governo

Consolidação do Mercosul depende de mais recursos para infraestrutura

A opinião é do alto representante-geral do bloco, Samuel Pinheiro Guimarães, que defendeu no Senado maior aporte

de recursos para o fundo que financia projetos na região. Maior país do bloco, Brasil responde por 70% dos recursos. **6**



Ano Valner/Senado Federal

Samuel Guimarães (E) ao lado do presidente da Representação Brasileira no Parlasul, senador Requião

Aprovada nota fiscal automática em postos

Deve seguir direto à Câmara projeto que busca evitar a sonegação na venda de combustíveis. **5**



Luiz de Paula/Senado Federal

Proibida dupla cobrança de quem mudar de escola

Comissão aprova benefício a aluno de escola particular em projeto que vai à Câmara. **8**

Sistema para acompanhar menor infrator passa na CAE **3**

Grupo de dança Estância Gaúcha do Planalto apresenta aos parlamentares tradições do Rio Grande do Sul

Senado lembra a Revolução Farroupilha

Conflito do século 19 contra o Império foi tema de audiência na Comissão de Direitos Humanos. Partici-

pantes ressaltaram que movimento não foi separatista e destacaram atuação de lanceiros negros. **7**

Novo portal promoverá democracia eletrônica **2**

Em 45 dias, grupo apresentará projeto do portal Democracia Eletrônica, onde todos poderão acompanhar a atuação dos senadores, opinar e apresentar propostas legislativas

Cidadão poderá sugerir ao Senado projetos e emendas

O SENADO VAI criar um portal na internet para facilitar a participação da sociedade no processo legislativo e na discussão dos temas em debate na Casa. O Ato 185/11, assinado por José Sarney e publicado ontem, institui grupo de trabalho para elaborar o projeto dentro do conceito de democracia eletrônica – processo de engajamento dos cidadãos na atividade legislativa por meio de instrumentos tecnológicos como internet, redes sociais e dispositivos móveis.

Por meio do portal Democracia Eletrônica, o cidadão poderá participar de fóruns de discussão sobre temas legislativos, sugerir projetos e emendas, consultar dados apresentados de forma transparente e fomentar a mobilização popular.

A ideia é que o cidadão, além de acompanhar a atuação de seus representantes, possa

entender o funcionamento do Senado, opinar e até apresentar sugestões legislativas. Isso é possível com o avanço das tecnologias e o acesso crescente aos recursos da internet.

O grupo de trabalho será composto por membros da Secretaria-Geral da Mesa e das secretarias especiais de Comunicação Social e de Informática (Prodasen). O ato estabelece 45 dias para que a equipe apresente o projeto do portal.

A secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, destacou que desde 2002 a sociedade já pode participar diretamente do processo legislativo por meio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Nesse caso, porém, as sugestões devem ser feitas por meio de entidades organizadas, como associações e sindicatos.

– No portal, todo cidadão

poderá oferecer sugestões, e os senadores poderão encampar as ideias. Além disso, o portal vai trabalhar com a interatividade, nas audiências públicas das comissões – explicou Claudia Lyra.

O Senado já disponibiliza em seu site informações sobre os senadores e sobre a tramitação dos projetos de lei, além de divulgar notícias sobre suas atividades. A Casa também já está presente nas redes sociais como Twitter, Facebook, Youtube e Flickr. Além disso, promove pesquisas de opinião e coleta de sugestões sobre proposições.

Já na Assembleia Nacional Constituinte de 1988 houve coleta e registro de sugestões.

A busca da participação é uma tendência. Reino Unido, Itália, Canadá, Austrália, México e Alemanha são exemplos de países que já possuem iniciativas de democracia eletrônica.



Entre a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, e a senadora Marta Suplicy, Sarney assinou o ato para a criação do portal

Portal de notícias registra recorde de acessos em agosto

O portal de notícias do Senado registrou visitação inédita em agosto. Foram mais de 16 milhões de visualizações e 1,4 milhão de visitas únicas. As visualizações registram cada vez que uma página é carregada e as visitas únicas são a contagem de cada vez que um computador específico acessa uma página.

Os números são do Webtrends e representam crescimento de 115% e 150%, respectivamente, em relação ao mesmo mês do ano passado. Nos primeiros oito meses de 2011, o portal teve 7,3 milhões de visitas únicas e mais de 80 milhões de visualizações.

Em agosto, o crescimento foi impulsionado, sobretudo, pelos três últimos dias do mês, graças à participação na enquete so-

bre projeto de lei que propõe tratar a corrupção como crime hediondo (PLS 204/11). Segundo o Google Analytics, só nos dias 29, 30 e 31, foram contabilizados 40% do total de visitas no mês. A enquete ficou disponível entre 15 e 31 de agosto.

As visitas por dispositivos móveis cresceram 148% no mês, em relação a julho e 107% em relação a junho, que era o mês com mais acessos via celulares e tablets. Os acessos de aparelhos móveis via aplicativos específicos do Senado cresceram 25% em visitas e 46% em visualizações, em relação a julho. Impulsionadas pela enquete, as visitas com origem no Facebook e no Twitter chegaram a quase 35 mil, melhor marca do ano.

Em um mês, procura pela Ouvidoria triplica

A Ouvidoria do Senado recebeu em agosto quase três vezes mais mensagens do que em julho, seu primeiro mês de funcionamento.

Nos dois meses, chegaram 369 mensagens. Parte considerável foram dúvidas sobre concurso público e solicitações de publicações.

As reclamações representaram 39,8% das manifestações, seguidas de solicitações (29,3%), sugestões (12,5%), críticas (8,4%), elogios (5,7%) e denúncias (4,3%).

Para o ouvidor-geral, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a tendência é de mais crescimento, já que há grandes temas sendo discutidos no Senado neste momento, como a reforma política e a reforma do Código Florestal.

A Ouvidoria recebe mensagens sobre assuntos relacionados às atividades legislativas e administrativas do Senado. O prazo para resposta é de 30 dias úteis. As mensagens podem se transformar em audiências, seminários e sugestões para projetos.

Mais informações no site www.senado.gov.br/ouvidoria.

Acessos ao portal de notícias

A partir de junho de 2010, o portal reuniu todo o conteúdo dos veículos de comunicação do Senado. Os números anteriores referem-se ao antigo site da Agência Senado



Fontes: Webtrends(1) e Google Analytics(2)

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h40 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pauta trancada

14h A pauta continua trancada pela Medida Provisória 534/11, que concede isenção de impostos para a produção de *tablets* no país. Mais quatro MPs também estão trancando a pauta.

Presidência Reunião do PMDB

11h O senador José Sarney recebe o presidente da Associação do Ministério Público do Amapá, João Paulo de Oliveira Furlan; às 11h30, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Henrique Nelson Calandra; às 12h30, o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. Às 15h, participa de reunião da bancada do PMDB; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CCT Código de barras

9h Projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade de documento com código de barras em todos os pagamentos realizados pela União, estados, Distrito Federal e municípios está na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Também pode ser votado o projeto que transforma o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base e repassa a educação de nível superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia.

CAS FGTS para prestações habitacionais

9h A Comissão de Assuntos Sociais vota, entre outros itens, projeto que autoriza a movimentação do saldo das contas vinculadas ao FGTS para pagamento de prestações habitacionais em atraso. Em seguida, realiza cerimônia de colocação de retrato da ex-senadora Rosalba Ciarlini na galeria de ex-presidentes da CAS.

CCJ Código Florestal

10h Em debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o novo Código Florestal. A CCJ examina ainda as indicações de Fabiano Augusto Martins Silveira e José Barroso Filho para o Conselho Nacional do Ministério Público. Na segunda parte da reunião, a comissão sabatina Haman Tabosa de Moraes e Córdova, indicado para o cargo de defensor público-geral federal.

CDH/CE Educação especial

10h As comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Direitos Humanos e Legislação Participativa realizam audiência pública para debater o tema educação especial. Foram convidados representantes das famílias de alunos especiais, do Ministério da Educação, das Apaes, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) e da Defensoria Pública do Distrito Federal.

CDH/Deficiência Mobilização nacional

13h Audiência pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência para debater o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. O secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antonio José Ferreira, é um dos convidados.

CMMC Política Nacional sobre Mudança do Clima

14h A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas elege o relator do colegiado e, em seguida, promove audiência para discutir as ações para alcançar os objetivos estabelecidos pela Política Nacional sobre Mudança do Clima, entre outros temas.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Suplicy relatou na CAE o projeto que institui o Sinase, ao qual foi favorável

CAE aprova sistema nacional de atendimento ao menor infrator

Projeto que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), voltado a adolescentes infratores, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto determina a articulação de órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pelo atendimento desses menores, ordenando princípios e critérios que norteiam a execução das ações. A proposta (PLC 134/09) atribui à União a coordenação da política de atendimento e determina a participação de estados e municípios por adesão.

O projeto ainda prevê atenção à saúde dos adolescentes e o atendimento às grávidas. O texto trata também da inclusão

dos menores em escolas e em programas de formação profissional dos serviços nacionais de Aprendizagem Industrial (Senai), Comercial (Senac), Rural (Senar) e do Transporte (Senat).

O relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), destacou dispositivos contidos no texto para ampliar formas de financiamento das medidas socioeducativas.

A proposta foi apresentada pelo Executivo em 2007 e aperfeiçoada pelos deputados. No Senado, já passou pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Sociais (CAS). O texto segue para o exame das comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Senadores vão acompanhar investigação de abuso sexual

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai acompanhar as investigações sobre os crimes sexuais cometidos contra uma adolescente em uma colônia agrícola do Pará. O requerimento foi aprovado ontem, em audiência pública sobre o aniversário da Revolução Farroupilha.

Marinor Brito (PSOL-PA), que vai representar a CDH na investigação, informou que está a caminho do Pará.

– Não é a primeira vez que crimes como esse acontecem. Exonerar e afastar funcio-

nários e autoridades não é o bastante. Há suspeitas da participação de uma rede de prostituição. Temos que dar um basta nisso – afirmou.

De acordo com as denúncias, uma adolescente de 14 anos foi abusada sexualmente durante quatro dias dentro da Colônia Agrícola Heleno Fragofo, em Santa Isabel do Pará, cidade distante 50 quilômetros da capital, Belém. O governo do estado exonerou o diretor da unidade e mais 20 agentes penitenciários que estavam trabalhando durante esse período.

Malta quer CNJ no processo de pedofilia contra Durval Barbosa

Magno Malta (PR-ES) anunciou ontem que vai entrar com uma representação para que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) investiguem a substituição de promotores no processo que investiga denúncia de pedofilia contra Durval Barbosa – ex-secretário de governo do Distrito Federal e delator do chamado mensalão do DF.

Segundo o senador, os promotores foram substituídos por outros ligados ao juiz que evocou o processo. Ele também questionou a legitimidade da atual vara para julgar a questão. O parlamentar lembrou



Senador contesta juiz

que o suposto caso de abuso sexual não tem nada a ver com a Operação Caixa de Pandora. Deflagrada em novembro de 2009 pela Polícia Federal, a operação contou com a delação premiada de Durval Barbosa, então secretário de governo do DF, e atingiu diversos políticos e figuras públicas de Brasília, incluindo o então governador, José Roberto Arruda, que acabou preso.

– A delação premiada de um crime de corrupção não pode preservar quem está sendo denunciado por abuso de crianças. Espero que se faça justiça – disse o senador.

A cada real aplicado no programa, R\$ 1,44 retorna à economia, fortalecendo o mercado interno, disse a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello

Bolsa Família estimula o trabalho, diz ministra

AO CONTRÁRIO DO que alegam seus críticos, o programa Bolsa Família estimula as pessoas beneficiadas a trabalhar, mostrando que as políticas de transferência de renda são adequadas à agenda de inclusão produtiva. A afirmação foi feita pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, durante audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE).

– A cada real transferido pelo Bolsa Família, cerca de R\$ 1,44 retorna à economia – afirmou a ministra, citando estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Tereza Campello argumentou que dados como esse reforçam a ideia de que a transferência de renda é boa para o país, e não apenas para a família beneficiada pelo programa, por fortalecer o mercado interno de massas e, portanto, a economia.

A ministra disse ainda que 72% das pessoas que recebem o Bolsa Família trabalham, mas em condições que não lhes permitem o sustento familiar – ou seja, para elas, o programa de transferência funciona como um complemento de renda.

É nesse contexto, explicou a ministra, que foi lançado em junho o plano Brasil sem Miséria. Além de buscar a inclusão da população, ele visa melhorar as condições de trabalho dos brasileiros mais pobres.

O Brasil sem Miséria tem foco nas famílias com renda de até R\$ 70 por pessoa. De acordo com o governo, o plano combinará transferência de renda, acesso a serviços públicos (nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica) e inclusão produtiva, entre outras ações. O objetivo é retirar cerca de 16 milhões de pessoas da condição de extrema pobreza.

A ministra insistiu no argumento de que a agenda do Brasil sem Miséria não é apenas social, embora a inclusão seja um de seus principais elementos.

– A inclusão representa o diferencial no modelo econômico do país: um modelo em que o desenvolvimento econômico se alia à distribuição de renda – disse.

Entre as diversas medidas que compõem o Brasil sem Miséria, Tereza Campello citou a recente mudança no Bolsa Família que possibilita a ampliação – de três para cinco – do número de filhos por família que podem ser beneficiados pelo programa.

A ministra também ressaltou a importância da MP 535/11, que cria incentivos financeiros para as atividades rurais das famílias de baixa renda, como parte do Brasil sem Miséria. A MP foi aprovada pela Câmara na semana passada e aguarda votação no Senado.



Delcídio do Amaral, presidente da CAE, ministra Tereza Campello e Ana Fonseca: desenvolvimento com inclusão social

João Alberto cobra ações para redução da pobreza

João Alberto Souza (PMDB-MA) cobrou da presidente Dilma Rousseff um programa para a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a redução das desigualdades regionais. Ele pediu mais investimentos nos municípios que concentram a população mais carente, principalmente no Nordeste.

O senador destacou que, apesar de registrar crescimento do produto interno bruto (PIB) e avançar na economia mundial, o país aparece em 73º lugar no ranking de IDH da ONU. Para ele, mesmo com as políticas públicas dos últimos anos, ainda há muito a ser feito para melhorar a situação dos cerca de 16 milhões de brasileiros que vivem em situação de pobreza extrema.

João Alberto apontou como caminho para a redução da desigualdade a regulamentação da Emenda Constitucional 29, assegurando mais recursos para a saúde em municípios carentes. O parlamentar pediu investimento prioritário em infraestrutura.



João Alberto Souza

Vanessa Grazziotin apoia flexibilização de patentes

A flexibilização de patentes da indústria farmacêutica, na opinião de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), reduzirá o custo de muitos medicamentos e será benéfica sobretudo para portadores de doenças não transmissíveis, o que inclui 50 milhões de brasileiros. A senadora manifestou apoio à presidente Dilma Rousseff na questão e afirmou confiar na repercussão internacional positiva da quebra das patentes.

– Não falamos em desrespeitar leis ou acordos internacionais. Pelo contrário, falamos em lançar mão, em determinados momentos e conjunturas, do que preveem os próprios acordos internacionais para garantir o acesso das pessoas do mundo inteiro que não têm

condições econômicas suficientes para acessar os medicamentos – disse.

Vanessa também pediu respeito à biodiversidade brasileira, principalmente da Amazônia, que, segundo ela, gera princípios ativos amplamente usados em medicamentos patenteados no exterior.



Vanessa Grazziotin



Walter Pinheiro (E), ao lado de Cyro Miranda, quer ouvir população sobre orçamento

Orçamento de 2012 será debatido em 11 cidades

As datas específicas não estão marcadas, mas o ciclo de debates irá até a primeira semana de outubro

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) vai realizar seminários em 11 cidades para discutir o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012 e o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015.

A proposta, aprovada ontem pela comissão, foi do relator do PPA, senador Walter Pinheiro (PT-BA). Os seminários serão realizados em João Pessoa, Salvador, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Campo Grande, Goiânia, Porto Velho, Rio Branco, Vitória e Uberlândia. O ciclo de debates deverá ser encerrado na primeira semana de outubro.

O objetivo dos seminários é discutir a proposta orçamentária diretamente com a população local, que poderá debater a alocação dos recursos públicos e sugerir emendas.

O Orçamento de 2012 prevê investimentos de R\$ 165,3 bi-

lhões, sendo R\$ 58,5 bilhões do orçamento fiscal e da seguridade social, e R\$ 106,8 bilhões das empresas estatais. O montante é 8,3% maior do que o disponível em 2011. Grande parte dos investimentos refere-se ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que terá R\$ 111,3 bilhões em 2012, sendo R\$ 42,5 bilhões do orçamento fiscal e R\$ 68,7 bilhões das estatais.

Os seminários servirão para avaliar se o Plano Plurianual 2012-2015 está adequado à realidade do país. De acordo com o plano, serão investidos R\$ 5,4 trilhões nos próximos quatro anos em 65 programas temáticos (relativos a bens e serviços entregues à sociedade) e 44 programas de gestão e manutenção do Estado (ações de apoio à atuação governamental).



Lídice da Mata, presidente da subcomissão, e Zeze Perrella, confirmado como vice-presidente do colegiado

Subcomissão da Copa do Mundo define visitas a cidades-sede

A Subcomissão da Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 confirmou o senador Zeze Perrella (PDT-MG) como seu vice-presidente e apresentou o plano de trabalho para o restante do ano. A subcomissão pretende formular sugestões nas áreas de turismo e infraestrutura para auxiliar nos preparativos para os três eventos. Uma das prioridades é garantir que as competições deixem legados significativos para a sociedade.

O plano de trabalho define as datas para as três etapas restantes do Fórum Legislativo nas Cidades-Sede da Copa do Mundo de 2014. Os senadores visitarão Natal no próximo dia 26; Rio de Janeiro em 10 de outubro; e São Paulo em 24 de outubro. A presidente da subcomissão, senadora Lídice da Mata

(PSB-BA), considerou "muito produtivas" as etapas já realizadas nas demais cidades-sede: Fortaleza, Recife, Curitiba, Belo Horizonte, Manaus, Brasília, Cuiabá, Salvador e Porto Alegre.

Além de concluir o fórum, a subcomissão discutirá, em audiências públicas, os temas "Copa verde: políticas sustentáveis"; "A rede de proteção social necessária e as políticas de acessibilidade para a Copa de 2014"; "As políticas de qualificação empresarial e profissional para a Copa de 2014"; "Os impactos da Copa sobre a tecnologia de informação brasileira"; e "Transparência na Copa".

O vice-presidente Zeze Perrella sugeriu que o Fórum Legislativo retorne a Belo Horizonte. Lídice da Mata aceitou a sugestão.

Senadores destacam papel dos economistas

O papel dos economistas para enfrentar o atual cenário de turbulência mundial foi sublinhado, ontem, em Plenário, quando o Senado celebrou o Dia do Economista – comemorado em 13 de agosto. Na homenagem, feita por requerimento de Inácio Arruda (PCdoB-CE), os oradores salientaram que cabe aos economistas apontar direções que levem ao crescimento e fortalecimento da economia brasileira e mundial, sempre praticando a justiça social e com atenção aos cidadãos de menor renda.

Na opinião de Inácio Arruda, os profissionais da economia comprometidos com a agenda da inclusão social e da retomada da construção nacional têm, com o mundo em crise, papel primordial. Ele registrou que o pensamento econômico tem contribuído para o debate das grandes questões nacionais.

Inácio Arruda também detalhou a história da profissão no país, que remonta à chegada da família real portuguesa e culmina com a regulamentação da profissão, em 1951, há 60 anos. O parlamentar é autor de um projeto de lei (PLS

658/07) que altera a regulamentação da profissão, estabelecendo mais precisamente seu campo de atuação.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o economista tem a missão profissional de buscar o desenvolvimento e, às vezes, tem de "fazer muito com pouco". Ela disse que a profissão tem importância não somente no campo da economia, mas também na área social. Para Geovani Borges (PMDB-AP), a profissão é "cada vez mais necessária em nossos tempos".

Economista de formação, Cristovam Buarque (PDT-DF) aproveitou a homenagem para fazer um alerta aos profissionais da área: cabe a eles fazer uma reforma no pensamento econômico do mundo, para incorporar novos medidores de riqueza que não tratem somente de acúmulo de renda.

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu trecho de carta enviada por Celso Furtado (1920-2004), à época da sanção da Lei da Renda Básica (Lei 10.835/04),

de autoria do senador, na qual o economista expressa convicção de que a iniciativa colocou o Brasil "na vanguarda daqueles países que lutam pela construção de uma sociedade mais solidária". Também mencionando Furtado, Wilson Santiago (PMDB-PB) lembrou que o economista paraibano ajudou a elaborar o Plano de Metas de JK e a criar a Sudene.

Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou que a Lei 1.411/51, que regulamenta a profissão, precisa de reformas de modo a aumentar suas atribuições privadas. Já o senador José Agripino (DEM-RN) lamentou a crise econômica mundial e disse que a "economia é a ferramenta moderna da competitividade".

Compuseram a Mesa, além de Inácio Arruda, os presidentes dos conselhos Federal de Economia, Waldir Pereira Gomes, e Regional de Economia de Brasília, Jusçanio Umbelino de Souza, além de profissionais e estudantes.

Comemorado a 13 de agosto, Dia do Economista foi celebrado ontem no Plenário do Senado



Autor do requerimento para a homenagem, Inácio Arruda tem projeto alterando a lei que regulamenta profissão

Tributos e problemas estruturais atrapalham RS

Os rumos e desafios do desenvolvimento do Rio Grande do Sul foram debatidos na quarta edição do programa Assunto de Estado transmitido pela TV Senado e pela Rádio Senado, na segunda-feira, pelos três senadores gaúchos.

Ana Amélia (PP), Paulo Paim (PT) e Pedro Simon (PMDB) afirmaram que o crescimento do estado é prejudicado por guerra fiscal, concorrência externa e falta de investimento em infraestrutura, e pediram mais atenção do governo federal ao Rio Grande do Sul.

Ana Amélia lamentou a transferência das fábricas de calçados gaúchas para o Nordeste em busca de uma situação tributária mais favorável.

Simon, por sua vez, queixou-se de que a faixa de fronteira do estado foi prejudicada em seu processo de industrialização por questões estratégicas.

Paim disse considerar "desleal e agressiva" a competição dentro do Mercosul. Segundo o senador, países vizinhos servem de intermediários para a China burlar cotas comerciais.

A exclusão das usinas a carvão dos leilões de energia foram considerados pelos três



Ana Amélia, Paim e Simon participam do programa Assunto de Estado

senadores como exemplos de discriminação do governo federal contra o Rio Grande do Sul. Segundo eles, ficam prejudicadas as usinas com instalações modernas que estão "prontas e produzindo" no estado, com tecnologia antipoluição.

Fábricas gaúchas, conforme os senadores, estão se transferindo para o exterior como forma de sobrevivência. Paim defendeu a retomada das câmaras setoriais para resolver problemas como desemprego e demissões em massa.

Ana Amélia pediu a adoção de uma alíquota única do ICMS pois, explicou, "o estado acumula grandes dívidas com o governo federal e não conse-

gue reduzir impostos".

Os três criticaram os problemas de logística do estado e pediram estímulo a alternativas de transporte, como a navegação fluvial; o cumprimento da promessa do governo federal de construção de uma segunda ponte sobre o Rio Guaíba, de preferência antes da Copa do Mundo de 2014; e a reativação das ferrovias no estado.

Eles disseram que a agricultura familiar brasileira "nasceu no Rio Grande do Sul", destacaram a importância das cooperativas no desenvolvimento do estado, e foram unânimes quanto à necessidade de se buscar alternativas em setores menos tradicionais da economia.

Plenário deve votar hoje MP dos Tablets

Está marcada para hoje a votação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 23/11, decorrente da Medida Provisória 534/11, que concede isenção de impostos para a produção de *tablets* no Brasil. A matéria estava na pauta da sessão de ontem, mas um acordo de lideranças adiou a votação para que o relator-revisor do projeto, Eduardo Braga (PMDB-AM), pudesse acrescentar uma emenda de redação ao seu parecer.

A mudança no texto deverá deixar mais claro o artigo 5º do projeto, que trata da prorrogação por mais dois anos do prazo para que as zonas de processamento de exportação (ZPEs) sejam implementadas no país. Criadas em julho de 2007 pela Lei 11.508, com objetivo de incentivar a economia de regiões pouco desenvolvidas do país, as ZPEs ainda não foram instaladas.

Sessões extras para acelerar reforma política

A pedido do presidente do Senado, José Sarney, o Plenário aprovou decisão da Mesa marcando para os dias 27, 28 e 29 deste mês e 4 e 5 de outubro sessões deliberativas extraordinárias, às 12h, para acelerar a tramitação de propostas de emenda à Constituição (PEC) incluídas na ordem do dia, principalmente as que se referem à reforma política: a 37/11, que reduz de dois para um o número de suplentes de senador; a 38/11, que muda a data de posse de chefes do Executivo; e a 42/11, determinando que mudança no sistema eleitoral deve ser precedida de referendo.

A proposta que altera o sistema eleitoral estabelecendo o voto proporcional com lista fechada para a Câmara dos Deputados (PEC 43/11) deve ser incluída na pauta nos próximos dias. Segundo Sarney, a PEC 63/11 também deve ter a tramitação acelerada. Ela amplia para 31 de dezembro de 2012 o prazo de adesão ao regime de pagamento especial de precatório para estados e municípios.

Projeto de lei remetido para a Câmara dos Deputados objetiva agilizar a emissão da fatura e evitar a sonegação fiscal; como o cupom não é emitido automaticamente, muitos motoristas não exigem o documento ao abastecer o veículo

Posto de gasolina pode ser obrigado a ter aparelho de nota fiscal nas bombas

PROJETO DE LEI aprovado ontem no Senado torna automática a emissão de cupom fiscal na venda de combustível nos postos de gasolina.

A proposta (PLS 670/07), do então senador Expedito Júnior, passou em decisão terminativa pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e agora será apreciada na Câmara dos Deputados.

De acordo com o projeto, os revendedores de combustível ficam obrigados a usar um aparelho que emite cupom fiscal integrado à bomba de gasolina. O cupom, então, seria gerado automaticamente.

— É muito comum que o consumidor deixe de exigir o cupom fiscal, justamente em função do tempo adicional que tem de aguardar após o abastecimento do seu automóvel — argumentou o autor do projeto.



Projeto de lei aprovado no Senado quer que seja automática a emissão de cupom fiscal nos postos de gasolina

Outro objetivo da proposta é dificultar a sonegação fiscal. Atualmente, são adotados dois procedimentos independentes nos postos de gasolina. Primeiro, são digitados os dados de

abastecimento do veículo no sistema informatizado das bombas. Em seguida, esses dados são novamente digitados em outro equipamento, para possibilitar a emissão do cupom fiscal.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), em voto favorável à aprovação, disse que a medida facilitará de fato o exercício do direito do consumidor de exigir o cupom fiscal.

CAE vota mudanças no Simples Nacional na terça-feira

Um pedido de vista coletiva adiou para a próxima semana a votação, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do projeto (PLC 77/11) que altera regras do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte — o Simples Nacional. Entre as mudanças, está a ampliação de limites de enquadramento e o parcelamento de dívidas tributárias.

O texto prevê aumento de 50% no teto para enquadramento no Simples Nacional, que passaria a adotar as faixas de R\$ 3,4 milhões de receita bruta anual para pequenas empresas, R\$ 360 mil para microempresas e R\$ 60



Relator José Pimentel (em pé, com Ricardo Ferraço): governo apoia modificações

mil para microempreendedores individuais.

O projeto também autoriza o parcelamento, em até 60 meses, dos débitos junto aos órgãos de

arrecadação. A medida inclui parcelamento de impostos federais em atraso, mas também do ISS (municipal) e do ICMS (estadual).

— Em 2006, quando aprovamos

o Simples Nacional, impedimos o parcelamento. Hoje, quando uma pequena empresa ultrapassa dois meses sem recolhimento de um dos impostos, ela é excluída e vai para a tabela de lucro presumido. Com isso, nem consegue pagar o que devia e nem sobrevive, indo a falência — explicou o relator, José Pimentel (PT-CE).

Existem cerca de 560 mil micro e pequenas empresas com dívidas por atrasos de pelo menos dois meses no recolhimento de impostos, informou. O projeto, ressaltou, é fruto de acordo envolvendo o governo e o comitê gestor do Simples Nacional, tendo sido aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados.

Garantia poderá facilitar regularização fiscal

O contribuinte em débito com a Receita que ainda espera pela execução fiscal poderá, se oferecer garantia idônea, obter certidão positiva com efeito de negativa — ou seja, regularidade fiscal para efeitos de atividade empresarial. Proposta com esse teor foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para decisão terminativa. O projeto (PLS 244/11) foi apresentado por Armando Monteiro (PTB-PE) e teve parecer favorável do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC).

Demóstenes quer decisão da CAE anulada

Demóstenes Torres (DEM-GO) solicitou ao presidente do Senado, José Sarney, que determine a anulação de decisão tomada ontem pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Delcídio do Amaral (PT-MS). Demóstenes disse que Sarney determinara que o projeto de resolução (PRS 72/10) que uniformiza a alíquota do ICMS para importações, de Romero Jucá (PMDB-RR), fosse enviado à Mesa. Na CAE, Delcídio apresentou seu relatório e o remeteu à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Incentivo a área de livre comércio em Rondônia

Mercadorias nacionais e estrangeiras que entrarem na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, em Rondônia, deverão ficar livres da incidência das contribuições para o PIS-Pasep e para o financiamento da Seguridade Social. Substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) a dois projetos de lei do Senado sobre o assunto foi aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votada em decisão terminativa.



Dornelles é um dos autores de projeto que muda distribuição de royalties

Senadores debatem royalties com Lobão, mas ainda não há consenso

Ao lado de lideranças partidárias e outros senadores, Francisco Dornelles (PP-RJ) reuniu-se com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, para debater a divisão dos royalties do petróleo.

Junto com Delcídio do Amaral (PT-MS), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Lindbergh Farias (PT-RJ), Dornelles apresentou projeto (PLS 574/11) que busca atender os estados

não produtores de petróleo sem prejudicar direitos já adquiridos pelos produtores.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, já havia proposto que União, estados e municípios produtores abram mão de parte dos royalties em favor dos não produtores. Lindbergh, no entanto, acha que só a União deve absorver os custos dessa compensação.

— Lutaremos por uma aliança com os estados não produtores, para que a União abra

mão de mais recursos em favor deles — disse.

Sobre o pós-sal, Dornelles afirmou que não serão negociados princípios estabelecidos.

— As regras dos campos licitados estão em vigor. Já basta que tenhamos feito concessão no que se refere ao pré-sal — observou.

Já Paulo Paim (PT-RS) ressaltou estar convicto de que o veto à divisão dos royalties do pré-sal será derrubado pelo Congresso.

— O petróleo é de todos os brasileiros.

Pinheiro Guimarães afirma que fortalecimento do bloco depende de obras de infraestrutura nos países mais pobres financiadas pelos mais ricos

Diplomata pede mais verba para fundo do Mercosul

O ALTO REPRESENTANTE-GERAL do Mercosul, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, defendeu ontem que os países que compõem o bloco destinem mais recursos ao Fundo de Convergência Estrutural (Focem), que financia projetos de infraestrutura na região, como portos e estradas.

No total, os países-membros aportam US\$ 100 milhões por ano. Como maior país da região, o Brasil responde por 70% dos recursos.

Para o embaixador, a ampliação das contribuições aceleraria o desenvolvimento dos países do Mercosul. De acordo com ele, US\$ 100 milhões são suficientes para construir meros 100 quilômetros de rodovias.

— A ampliação dos recursos do Focem seria um passo concreto para a redução das assimetrias, que o parlamento [do Mercosul, o Parlasul] poderia recomendar — afirmou Guimarães, durante reunião da Representação Brasileira no Parlasul, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Para exemplificar a necessidade de reforçar o Focem, o embaixador afirmou que 40% do território do Paraguai ainda não tem energia elétrica, apesar

da hidrelétrica binacional de Itaipu.

Segundo ele, a força do Mercosul no cenário internacional depende da coesão política entre os países-membros. Para manter essa coesão, considera importante investir no fortalecimento das menores economias.

— Há forças centrífugas dentro do Mercosul. Há setores que acham que o bloco não é a solução ideal para seus países. O bloco só permanecerá unido na medida em que todos os

parceiros se sentirem beneficiários desse processo — alertou o diplomata.

Diagnóstico do bloco

Durante o debate, a deputada Íris de Araújo (PMDB-GO) mencionou a necessidade de maior divulgação das atividades do Parlasul.

O deputado José Stédile (PSB-RS) observou que o “tamanho do Brasil vai depender do tamanho de sua relação com a América Latina”. O deputado

Emiliano José (PT-BA) ressaltou a responsabilidade política do Parlasul no trabalho de redução das assimetrias do bloco.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) afirmou que os cidadãos dos países do bloco, especialmente os que residem nas áreas de fronteira, ainda não conseguem ver, na prática, os efeitos dos tratados de integração já assinados. O deputado George Hilton (PRB-MG) pediu que os documentos de liberação de exportações e importações dentro

do bloco sejam simplificados.

Os deputados Raul Henry (PMDB-PE) e Paulo Pimenta (PT-RS) ressaltaram a necessidade de realização de um amplo diagnóstico sobre a atual situação do bloco. Por sua vez, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que continua otimista em relação ao sucesso do Mercosul.

Bolívia e Equador

No final da reunião, Pinheiro Guimarães informou ter recebido um mandato para negociar com os governos da Bolívia e do Equador o ingresso desses dois países no Mercosul.

Ele informou ainda que o comércio intrabloco cresceu mais de dez vezes nos últimos dez anos. Como resultado dessa expansão, observou, o Brasil tem obtido importantes saldos comerciais, como o de cerca de US\$ 4 bilhões com a Argentina.

O embaixador citou os crescentes investimentos brasileiros nos demais países do bloco, em setores como o de cimento, carnes e arroz. Para ele, o Parlasul poderia investir na harmonização das legislações dos países do bloco para evitar problemas como o excesso de burocracia na liberação de exportações e importações.



Samuel Pinheiro Guimarães, alto representante-geral do Mercosul, fala sobre o bloco ao lado do senador Roberto Requião

Ratificado acordo de imunidades para Tribunal Penal Internacional

O Acordo de Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional (TPI) foi ratificado ontem pelo Senado e vai à promulgação. O texto tem como finalidade disciplinar as relações entre os Estados signatários do Estatuto de Roma — que criou o TPI em 1998 — e o próprio tribunal, no que concerne a privilégios e imunidades dos juizes, do procurador, do secretário e de seus assessores. Também trata dos privilégios e imunidades das vítimas, advogados, testemunhas e peritos que estejam sob a proteção da corte, informa o relator do projeto de decreto legislativo (PDS 136/11) na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Entre as imunidades estabelecidas no acordo, estão a prisão, detenção ou apreensão da bagagem pessoal e a possibilidade de sofrer processos legais por declarações orais ou escritas feitas

no exercício da função. Entre os privilégios, estão a inviolabilidade dos papéis e documentos oficiais, a isenção de impostos sobre salários e a isenção de restrições de imigração ou de registro de estrangeiros.

O TPI tem por objetivo processar e julgar, subsidiariamente ao Poder Judiciário dos Estados, os acusados dos chamados crimes contra a paz e crimes de guerra. De acordo com Aloysio Nunes Ferreira, o TPI representa “um anseio da comunidade internacional que teve como marco o Tribunal Militar Internacional dos Grandes Criminosos de Guerra, de 1945-1946, ou Tribunal de Nuremberg, que levou ao banco dos réus e puniu lideranças da Alemanha nazista pelas atrocidades cometidas nas décadas anteriores e durante a 2ª Guerra Mundial”. O relator informou que o Brasil foi o 52º país a aderir ao acordo agora ratificado.

Plenário aprova indicação de embaixadores

A indicação de dois embaixadores, feita pela presidente Dilma Rousseff, foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado.

O ministro de primeira classe Igor Kipman foi indicado para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça e ao Principado de Liechtenstein. Sua indicação foi aprovada com 46 votos a favor, 9 contrários e 1 abstenção.

Também foi aprovada com 61 votos a favor, 9 contrários e nenhuma abstenção a indicação de Lacerio Antonio Vinhas para o cargo de representante permanente do Brasil na Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), em Viena.

Senado acata acordos com Ucrânia, França e Bélgica

O Plenário do Senado aprovou ontem textos de três acordos internacionais assinados pelo governo do Brasil com os governos da França, da Ucrânia e da Bélgica.

O acordo assinado entre os governos do Brasil e da Ucrânia, em Kiev, no dia 2 de dezembro de 2009, trata da isenção parcial de vistos diplomáticos. O texto estabelece que não serão necessários vistos em passaportes válidos para entrar, permanecer, transitar e sair para fins de turismo e negócios. A isenção é válida para períodos de até 90 dias, durante 180 dias, contado da data da primeira entrada. A matéria foi relatada na Comissão de Relações Exteriores (CRE) por Marcelo Crivella (PRB-RJ).

O Plenário também aprovou o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o governo brasileiro e o governo francês, celebrado em São João do Oiapoque, em 12

de fevereiro de 2008. Conforme a exposição de motivos encaminhada pelo Ministério das Relações Exteriores, o ato pretende viabilizar a cooperação descentralizada, que permite a municípios e estados brasileiros celebrarem acordos com entidades francesas equivalentes, mediante memorandos de entendimento. A mensagem foi relatada na CRE por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Outro texto aprovado foi o do Acordo de Serviços Aéreos entre o governo brasileiro e o governo do Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas no dia 4 de outubro de 2009. O objetivo é estreitar as relações bilaterais pelo estabelecimento de um marco legal para a operação dos serviços aéreos. O texto é complementar ao disposto na Convenção sobre Aviação Civil Internacional, de 1944, e foi relatado na CRE por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Geovani Borges • Inácio Arruda • José Sarney • Marta Suplicy • Lidice da Mata • Acir Gurgacz • Eduardo Suplicy • Walter Pinheiro

* Licenciado

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Reportagem: Cintia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal — E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 — Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar — Brasília, DF
Cep: 70.165 — 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Professor afirma que Revolução Farroupilha não foi separatista

A Revolução Farroupilha (1835-1845) foi separatista em relação ao Império, mas não à nação brasileira. A opinião é do diretor cultural da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha (CBTG), Ivo Benfatto, que participou ontem de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para lembrar o aniversário do conflito.

– O Rio Grande do Sul sempre afirmou sua brasilidade ao longo da história, desde o Tratado de Tordesilhas, quando ficou fora dos domínios de Portugal. Que nenhum brasileiro tenha dúvida da brasilidade do Rio Grande. Somos Brasil acima de tudo – afirmou Benfatto.

Opinião semelhante foi manifestada pelo deputado estadual Raul Carrion (PCdoB), que é historiador:

– Os líderes farroupilhas chamaram as outras províncias para se libertarem do Império. A intenção era criar novas federações para que se unissem num grande estado confederado – explicou.

O deputado ressaltou a importância da participação dos negros, que estiveram presentes desde o primeiro momento da revolução e chegaram a compor mais de 50% do exército rio-grandense.

– É preciso dar visibilidade a esses personagens não só na

Farroupilha, mas em outros movimentos históricos ocorridos no Brasil – afirmou.

O secretário de Representação do Governo do Rio Grande do Sul, Ronaldo Teixeira da Costa, também destacou a participação dos lanceiros negros.

– A força dos negros alimentou a busca pela liberdade de escravos de outras regiões, o que foi uma importante contribuição da Revolução Farroupilha – resumiu.

Os lanceiros eram uma espécie de tropa de choque do exército farroupilha. Lutavam de lança em punho pela causa republicana e pela própria libertação. Eles acabaram tendo um fim trágico, sendo massacrados no combate conhecido como Massacre dos Porongos.

A audiência pública foi realizada por iniciativa de Paulo Paim (PT-RS), que considerou a Revolução Farroupilha “o momento histórico mais importante do Rio Grande do Sul”.

– A luta foi contra o Império e não contra o Brasil – disse Paim.

Ana Amélia (PP-RS) e Marinor Brito (PSOL-PA) participaram da reunião. Os convidados assistiram à apresentação do Grupo de Dança da CBTG Estância Gaúcha do Planalto e a trecho do filme *Netto perde a sua alma*, que mostra trajetória de oficial que lutou pelo exército farroupilha.



Senadora Ana Amélia (3ª à dir.) preside audiência pública com representantes de quatro ministérios envolvidos na situação

Fronteira exige integração regional, dizem debatedores

Diplomata diz que políticas públicas precisam ser desenvolvidas pelos Estados dos dois lados das fronteiras para não prejudicar mais de 10 milhões de brasileiros

A POPULAÇÃO RESIDENTE na fronteira do Brasil com dez países da América do Sul, espalhada em uma faixa de 15,7 mil quilômetros, sofre muito com a desarticulação de políticas públicas na área, constataram os participantes de audiência realizada ontem no Senado.

As 28 “cidades gêmeas”, separadas na fronteira por apenas uma rua, vivem situações definidas como “kafkianas” pelo diretor do Departamento de América do Sul-I (DAS-I), do Ministério das Relações Exteriores, ministro João Luiz de Barros Pereira Pinto. Ele foi um dos participantes da audiência na Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O dicionário Houaiss define “kafkiano” como sendo o adjetivo que se refere ao “que, de forma semelhante à obra de [Franz] Kafka, evoca uma atmosfera de pesadelo, de absurdo, especialmente em um contexto burocrático que escapa a qualquer lógica ou racionalidade”.

João Luiz deu um exemplo: o Ministério da Integração Nacional não pôde executar com recursos próprios o sistema de

saneamento de Aceguá (RS), “gêmea” de uma cidade xará no Uruguai. Seria inócuo fazer obras só do lado brasileiro, porque os dejetos jogados no rio pela Aceguá uruguaia continuariam a poluir as águas que servem as duas cidades.

O impasse se estabeleceu quando o governo de Montevideu alegou falta de recursos, e o Brasil não pode custear obra em outro país. A solução foi recorrer ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Situações semelhantes ocorrem em toda a faixa de fronteira, que abrange 588 municípios e 27% do território nacional. Nessa região moram 10 milhões de brasileiros.

Mas, segundo o diplomata, demandas nas 28 cidades gêmeas fazem o Itamaraty ser acionado para resolver pendências, como a propaganda política feita em Ciudad del Este, no Paraguai, durante as eleições municipais em Foz do Iguaçu. Como o juiz eleitoral da cidade brasileira não tem competência para determinar a retirada da propaganda irregular em outro país, que afetava a isonomia entre os candidatos no lado brasileiro, a alternativa foi recorrer à diplomacia.

Desarticulação sobrecarrega serviços de saúde

A senadora Ana Amélia (PP-RS) citou o caso dos moradores de Santana do Livramento (RS), que precisam se deslocar por mais de 400 quilômetros, até Santa Maria, no mesmo estado, para se submeter a uma hemodiálise. O serviço está disponível em Rivera, no Uruguai, do outro lado da rua.

A desarticulação das políticas de saúde em municípios fronteiriços foi analisada também pelo coordenador de uma comissão permanente para o desenvolvimento da faixa de fronteira, do Ministério da Integração Nacional, Sérgio Duarte de Castro.

O elevado grau de interação das populações fronteiriças torna inócuas ações de saúde não integradas. Além disso, há uma sobrecarga do lado brasileiro, gratuito.

A mesma sobrecarga ocorre no lado brasileiro da rede pública de ensino das cidades gêmeas, assinalou.



Paulo Paim (C) solicitou a audiência pública que debateu o momento histórico

Sérgio Petecão acusa governador Tião Viana e pede proteção à Mesa

O senador Sérgio Petecão (PMN-AC) solicitou, ontem, à Mesa do Senado, proteção à sua integridade física e à de sua família. Em discurso no Plenário, ele fez acusações ao governador de seu estado, Tião Viana (PT), que foi defendido pelo irmão e também senador Jorge Viana (PT-AC).

– O que acontecer comigo e com a minha família é de inteira responsabilidade das pessoas que hoje estão à frente do governo do Acre – afirmou Petecão.

O senador contou que foi seguido por carros não identificados, no interior do estado, no último final de semana. E disse que o governador Tião Viana usa a mídia do estado “para tentar desmoralizar aqueles que ousam falar das mazelas que atingem a sofrida gente do Acre”.

Segundo Petecão, reportagem publicada pela revista *IstoÉ* no final de semana, “mostra a relação promíscua de alguns ex-governadores com empreiteiras trabalhando na rodovia BR-364, que consumiu R\$ 2 bilhões nos últimos 12 anos e ainda não foi concluída”.

Em aparte, o senador Jorge Viana disse que “não há qualquer agressão do governador Tião Viana à democracia, quando ele estabelece o contraditório”. Viana lamentou que o colega “tenha usado a tribuna e trazido para cá inverdades e agressões”.

O petista, que já governou o Acre, afirmou ser “uma grande inverdade” dizer que há no estado controle da imprensa”. Também adiantou que está se defendendo na Justiça das acusações feitas pela *IstoÉ*.

Mário Couto teme que a impunidade aumente a corrupção no país

Mário Couto (PSDB-PA) lamentou a falta de punições mais rígidas para pessoas envolvidas em desvio de dinheiro público. Em sua avaliação, a incapacidade da Justiça para julgar e aplicar penas a políticos e servidores corruptos levará ao aumento dos crimes contra o erário.

– Daqui a poucos dias, vamos assistir a novas cenas de corrupção. Daqui a poucos dias, este valor de R\$ 40 bilhões deve saltar para o dobro ou o triplo – disse o senador, informando que nos últimos sete anos foram desviados R\$ 40 bilhões.

Para o parlamentar, as substituições de ministros acusados de corrupção não são suficientes para resolver o problema.

– Não basta tirar, tem que punir, tem que mandar para a cadeia – afirmou.



Mário Couto

Lindbergh quer estados mobilizados por divisão mais justa da arrecadação

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que, ao propor uma “reforma tributária fatiada”, o governo divide os parlamentares, estimulando “uma guerra federativa”.

Entre 2007 e 2010, segundo o senador, a arrecadação da União cresceu 25,9%, e as transferências para estados e municípios, apenas 15%. Lindbergh propôs a união dos estados para diminuir essa concentração da arrecadação pela União. Também sugeriu que os estados não produtores de petróleo recebam a partilha dos royalties antes do início da exploração da camada pré-sal, e propôs a criação de um imposto sobre exportação de petróleo bruto. Disse ainda que, dos R\$ 39 bilhões distribuídos pelo Fundo de Participação dos Estados, apenas R\$ 500 milhões vão para o Rio.



Lindbergh Farias



Sérgio Petecão



Jorge Viana

Comissão de Educação aprova projeto, que deve seguir para a análise dos deputados, beneficiando aluno que pedir transferência para outro estabelecimento de ensino

Márcia Kolumbe/Senado Federal



CE também acatou requerimento de audiência sobre os programas nacionais de Alimentação Escolar e de Apoio ao Transporte

Proposta impede pagamento duplo de mensalidade escolar

O ALUNO QUE solicitar transferência para outro estabelecimento de ensino deverá pagar somente as mensalidades vencidas até o dia em que for pedida e formalizada a transferência. A proposta foi aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), terminativamente, e deve seguir para a Câmara.

Já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o texto original (PLS 123/09), do então senador Expedito Júnior, beneficiava apenas alunos do ensino superior privado.

Conforme a justificativa do projeto, são várias as reclama-

ções de alunos que são obrigados a pagar tanto a mensalidade da faculdade de onde saem, para terem direito à liberação do documento, quanto da nova, para iniciarem os estudos. Na CCJ, duas emendas ampliaram a proposta para beneficiar alunos da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio.

Já na CE, o relator, Jayme Campos (DEM-MT), incluiu no projeto as transferências para escolas e universidades públicas.

Audiências

A Comissão de Educação aprovou a realização de debate

sobre os programas nacionais de Alimentação Escolar e de Apoio ao Transporte Escolar.

Segundo o autor do requerimento, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a audiência vai discutir como atender melhor a estados e municípios.

Outra audiência pública foi aprovada para debater o PLS 43/09, que cria critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho dos seus ex-alunos em provas de proficiência. O autor do requerimento é o senador Demóstenes Torres (DEM-GO).

Aprovado fim da exigência de cheque-caução

A exigência de cheque-caução ou qualquer outro tipo de garantia dos associados de planos de saúde como condição para atendimento médico-hospitalar pode passar a fazer parte da lista de crimes contra a economia popular. Projeto de lei com esse objetivo (PLS 327/11) foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Esse tipo de delito é punível com pena de detenção de seis meses a dois anos e multa.

O projeto, de Humberto Costa (PT-PE), seguirá agora para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa. Se aprovado, seguirá então diretamente para a Câmara dos Deputados.

O texto alcança todo tipo de procedimento ou serviço médico-hospitalar coberto por plano de assistência à saúde.

Comissão pede relatório do TCU sobre vacinas vencidas

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) quer conhecer as conclusões de auditoria do Tribunal de Contas da União sobre a perda antecipada da validade de 6,5 milhões de doses de vacinas contra a gripe suína compradas pelo governo. O pedido para envio do relatório foi aprovado ontem, por requerimento de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). O prejuízo com a perda das vacinas teria sido de R\$ 78 milhões. Segundo o requerimento, o TCU informa que o governo encomendou as vacinas em 2010 e a Anvisa reduziu a validade dos lotes de um ano para seis meses. O ato decorreu de determinação da Agência Canadense de Saúde, sede do laboratório fabricante.



Vicentinho Alves (E), relator do projeto sobre direitos e deveres do consumidor

Projeto quer direito do consumidor destacado nas listas telefônicas

As operadoras de telefonia poderão ser obrigadas a divulgar nas listas telefônicas trechos da Lei Geral de Telecomunicações e do Código de Defesa do Consumidor que tratam dos direitos e dos deveres dos consumidores.

A proposta, do deputado Luiz Bittencourt (PLC 70/09), foi aprovada ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado.

O projeto recebeu alterações na CMA que limitaram o alcance do que deve ser publicado. O

texto original previa a publicação de todo o conteúdo das duas leis. No entanto, o relator na CMA, Vicentinho Alves (PR-TO), observou que, assim, a proposta feriria critérios de responsabilidade ambiental e aumentaria o número de páginas a serem impressas, o que geraria custos adicionais que poderiam ser repassados aos consumidores.

O projeto foi aprovado em decisão terminativa, o que dispensa a obrigação de exame em Plenário. Como recebeu emendas no Senado, terá de voltar à Câmara.

Paulo Davim defende projetos contra corrupção



Paulo Davim

matéria aguarda análise na CCJ, em decisão terminativa. O senador argumenta que quem desvia tais recursos está condenando à morte, a sequelas e ao sofrimento pessoas inocentes.

Paulo Davim (PV-RN) pediu agilidade na aprovação de propostas que procuram inibir atos de corrupção, em especial o projeto de sua autoria que transforma em crime hediondo o desvio de valores, bens, recursos e patrimônio da área da saúde (PLS 224/11). A

Pessoas com deficiência poderão ter 3% em programa habitacional

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto de lei que garante a pessoas com deficiência 3% das unidades de programas habitacionais de interesse social, preferencialmente em andar térreo. A proposta agora segue para a Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde será analisada em decisão terminativa.

De autoria de Ângela Portela (PT-RR), o PLS 78/11 modifica as leis 7.853/89 e 10.098/00. Em sua justificativa, a senadora argumenta que o princípio da igualdade material implica o tratamento desigual dos desiguais. Pessoas com deficiência, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

representam 14,5% da população brasileira, mas vêm sendo prejudicadas em seus esforços de integração social por morar em locais inadequados. O relator, Ciro Nogueira (PP-PI), afirmou que as emendas aprovadas dão melhor entendimento ao projeto, sem prejuízo ao mérito.

A comissão, presidida por Benedito de Lira (PP-AL), rejeitou o PLS 296/10, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que propõe que, nos empréstimos para aquisição da casa própria, o somatório de todas as rendas das pessoas que convivam em uma mesma unidade integre a composição da renda familiar. O PLS 296/10 segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.



Benedito de Lira é o presidente da comissão que aprovou "tratamento desigual dos desiguais"

Pedro Frangola/Senado Federal

Ministros darão informações sobre denúncia em Rondônia

Os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, darão informações ao Senado sobre as investigações de denúncia sobre convivência com atividades ilegais de exploração de madeira nas terras dos índios suruí, em Rondônia. O pedido de informações foi decidido ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Ofício encaminhado à CMA em 2008 pelo então procurador-geral de Rondônia, Ronaldo Furtado, relata que na cidade de Cacoal (RO), com a presença de um procurador da República e representantes do Ibama e da Funai, teria sido firmado acordo com li-

deranças indígenas para que fossem permitidos exploração e comércio ilegal de madeira nas terras da reserva enquanto o governo não promovesse ações de sustentação da comunidade indígena.

Ainda de acordo com Furtado, o sequestro de um membro do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU e de um procurador da República realizado por aqueles índios teria sido uma farsa.

Pedro Taques (PDT-MT), que apresentou os requerimentos de informações, disse que órgãos federais e estaduais têm realizados esforços elogiáveis para coibir infrações em áreas indígenas, mas que não é possível ignorar a gravidade das denúncias.

Casildo anuncia participação no Fórum Nacional de Defesa Civil

Casildo Maldaner (PMDB-SC) anunciou sua participação no 7º Fórum Nacional de Defesa Civil, em Maceió, hoje e amanhã. No encontro, técnicos e gestores da área, além de membros da sociedade civil, vão compartilhar experiências sobre prevenção de desastres e redução de riscos.

O parlamentar fez um balanço das atividades da comissão especial do Senado para propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil, da qual é o relator. Até agora, foram realizadas cinco audiências pelo país e várias audiências públicas na Casa.

A comissão também está analisando a legislação vigente, as proposições que tramitam na



Senador é relator da Comissão Especial de Defesa Civil do Senado

Câmara dos Deputados e no Senado e as experiências de países com comprovado conhecimento técnico em defesa civil, como Alemanha, Espanha, Japão e Austrália.

Moreira Moritz/Senado Federal